

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA	
Assembleia Legislativa	
19 JUN 2007	
Protocolo	010/07
Processo	010/07

PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL



AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições  
Constitucionais Transitórias.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROMULGA a seguinte Emenda  
Constitucional:

Art. 1º. Fica acrescido ao fim do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo  
com a seguinte redação:

“Art. Os Distritos, que à época da promulgação da Emenda à Constituição Federal nº. 15,  
de 12 de setembro de 1996, que estavam em área de litígio federativo ainda sob análise do Poder  
Judiciário, poderão após transito em julgado de sentença favorável, retomar o processo de consulta  
plebiscitária para emancipação.”

Art. 2º. Esta emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 02 de maio de 2007.

Deputado Alex Testoni  
1º Vice- Presidente – ALE

Valter Araújo - PTB  
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

As Populações dos Municípios e Distritos de Rondônia desde 1988 buscam uma definição  
das autoridades constituídas uma definição clara do direito de existirem como cidadãos brasileiros



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

das populações das referidas comunidades resolverem os seus problemas sociais e terem suas autonomias político administrativas.

Outro Ponto importante a ser observado é que o processo de emancipação desses distritos que estão arquivados nessa Casa de Leis foi prejudicado em razão da morosidade da Justiça Brasileira cujo Processo de Litígio entre o Estado de Rondônia e o Estado do Acre perdurou de 1986 até 1996, trazendo graves prejuízos aos Distritos de Fortaleza do Abunã, Vista Alegre do Abunã, Extrema de Rondônia e Nova Califórnia que estão distante da sede de Porto Velho com mais de 300 km, sendo impossível o chefe do Executivo prestar qualquer tipo de serviços e garantias sociais às comunidades supra mencionadas que já passam de mais de 20 mil habitantes.

**DIREITO CONSTITUCIONAL - DIREITO ADQUIRIDO**

**“A EDIÇÃO DA EC-15 TINHA QUE OBSERVAR OS CASOS EXCEPCIONAIS OU LITÍGIOS ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS E QUE ENVOLVIA DISTRITOS EM FASE DE EMANCIPAÇÃO”** Direito Adquirido - Efeito geral da lei - Decisão Administrativa. A lei não pode prejudicar o direito adquirido. Ela tem efeito geral e imediato e só poderá atingir situações jurídicas definitivamente constituídas (sic) caso haja disposição expressa autorizando sua aplicação retroativa ou se trate de leis de ordem pública. A decisão administrativa é anulada para que outra seja proferida. “Segurança concedida.” (STJ, 1ª Turma, MS 3.504 -5 -DF, Rel. Min. Garcia Vieira, DJU 17.10.94, pág. 27.848/9 - IOB nº. 22/94).



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

O Abaixo Assinado em questão deu entrada oficial na Assembleia Legislativa em 13.09.1988, bem antes da Emenda Constitucional Federal nº 15 e o litígio entre os Estados de Rondônia e o Estado do ACRE só foi proferido após a publicação da EC-15, trazendo graves prejuízos ao povo dos Distritos que formam o futuro Município de Tancredo Neves e Tal qual prescreve o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil (Dec. Lei nº. 4.657, de 04.09.42), também, todas as Constituições democráticas da República Federativa do Brasil, salvaguardam o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

O disposto no parágrafo quarto, do art. 18 da CF/88, repetido pelo parágrafo primeiro, do art. 110 da CF/89 e incorporado nas letras "b" e "c" do parágrafo primeiro, do art. 2º e caput do art. 1º, ambos da Lei Complementar nº. 29/90, é terminativo e não dá margem a que se prejudique o todo, em benefício de uma pequena fração, no que se refere, porém ainda não pode por incompetência da União em definir as regras Constitucionais para que os Estados e o povo de forma soberana delibere o seu destino político administrativo, trazendo prejuízo a uma parte significativa da maioria, no caso as populações dos distritos e municípios que buscam a sua emancipação.

**OMISSÃO DA UNIAO PARA COM O POVO**

Quando o Senhor Presidente da República vetou na totalidade a Lei Complementar 184, que disciplinava a EC-15, que estabelecia as regras claras para que os Estados dessem continuidade no processo legítimo de criação de novos municípios ou a sua divisão territorial, a União deixou claro que os direitos e deveres impostos pela Emenda Constitucional nº 15 deixava de ter valor social e devolveu aos Estados o Pátrio Poder de Legislar nas questões de divisão territorial. Caso contrário, o Chefe Maior da Nação Brasileira – Presidente da República deveria ter assumido a sua responsabilidade para com a população que vive nos distritos dessa nação e jamais ter vetado a Lei Complementar. :

**EXEMPLO DE EXCEPCIONALIDADE LEGAL DE EMANCIPAÇÃO NÃO PREVISTA  
EM NENHUMA CARTA MAGNA BRASILEIRA.**

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_

PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL



AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

Segundo a orientação emanada da Carta Política de 1988 devem ser, no que tange a criação de novos municípios, preservadas a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, dependendo além de outros requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A emancipação político-administrativa do Distrito de Tancredo Neves-RO, barrou na clara manipulação e pressão política da força policial do Estado do Acre que detinha o controle total dos distritos de Nova Califórnia, Extrema de Rondônia, Vista alegre do Abunã e Fortaleza do Abunã, que prejudicaram os seus processos de emancipação e consulta popular, fazendo inclusive ameaças de morte para qualquer cidadão que comparecesse nas filas do TER-RO e votasse em favor da emancipação e pertencer para o Estado de Rondônia.

**VEJA QUE A UNIÃO E O CONGRESSO NACIONAL NÃO SE PREOCUPARAM COM  
OS CASOS DE CONFLITO TERRITORIAL ENTRE OS ESTADOS FEDERADOS.**

O doutrinador HELY LOPES MEIRELLES bem disse que não si é aconselhável a divisão territorial em alguns casos, (ver doutrinação abaixo), porém existem casos mais que excepcionais, entre eles, os casos em que as sedes distritais estão a mais de 300 km do município mãe e que tenha autonomia econômica de ambas as partes envolvidas, como é o caso do Projeto de Tancredo Neves – localizado no Extremo do Estado de Rondônia, na divisa do Estado do ACRE, onde por mais que o Chefe do Executivo de Porto Velho queira fazer valer a presença administrativa, sempre foi e será impossível, haja vista, a enorme distancia da referida localidade. Quanto ao aspecto econômico, a Região dos Distritos de Extrema, já vive com os seus próprios recursos e a sua autonomia econômica, possui os seus comércios e indústrias definidas e a base econômica da agricultura e do setor extrativista em franco desenvolvimento, cuja divisão territorial não abalará a Cidade de Porto Velho e muito menos trará qualquer perda ou fracasso econômico para o novo município de Tancredo Neves – composto pelos atuais Distritos de Nova Califórnia, Extrema de Rondônia, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.

Diante da lacuna político administrativa deixada pela Lei Federal e a incontestável incompetência e caráter de decisão demonstrados pelos detentores do Poder Federal no caso (Congresso Nacional e Presidente da República) em não deliberarem questões de suma relevância,

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_



PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

para o povo brasileiro, caberá sempre aos Estados Brasileiros, como membro federado assumir as responsabilidades sociais e conflitantes omissos pela UNIÃO.

Já prelecionava o sempre lembrado HELY LOPES MEIRELLES que " ... nem sempre aconselham o fracionamento do território municipal para dar lugar a novas comunas. A experiência vem demonstrando que a desmedida criação de Municípios enfraquece economicamente os já existentes e debilita os que surgem sem condições de vida autônoma." (In Direito Municipal Brasileiro, 6a ed. , Ed. Malheiros, São Paulo, 1993, pág. 59).

**PLEBISCITO COMO FORMA DE RATIFICAR A AUSÊNCIA DA LEI FEDERAL**

"O plebiscito é, sem dúvida alguma, a forma mais consagrada de respeito à autonomia municipal, já que não seria possível ao Estado - membro introduzir unilateralmente modificações no território do Município, muito menos emancipar-lhe uma área sem a sua aquiescência. A consulta prévia às populações traduz a necessidade de atendimento à vontade popular, numa demonstração inequívoca de autonomia municipal." (Editora Forense, Rio de Janeiro, 1984, pág 179/180).

Na construção exegética de uma lei devem ser respeitadas as disposições constitucionais e infraconstitucionais pertinentes, e o processo legislativo concernente a criação de municípios não pode se afastar dos requisitos instituídos em prol da imutabilidade do território municipal, tal como a consulta plebiscitária, que se constitui requisito imprescindível.

A consulta plebiscitária envolvendo todos os eleitores do município ou municípios, representando suas populações e seus interesses é forma exata de coibir abusos e emancipar um distrito quando o interesse das comunidades envolvidas, por sua maioria, se coloca plenamente de acordo e predomina.

Com a aprovação da presente Emenda Constitucional, estaremos dando todos os direitos ao povo em dizer em plebiscito se quer ou não ser emancipado, porém lembramos sempre, que estamos falando nos distritos cujos direitos lhes foram assegurados em data anterior a outubro de



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES-DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO PARLAMENTAR-DAPP

PROTOCOLO

Nº \_\_\_\_\_

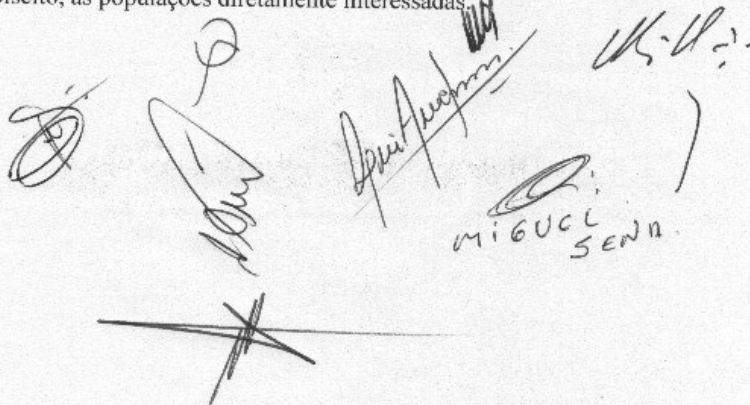


PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL

AUTOR Deputados Alex Testoni - PTN e Valter Araújo - PTB

1998, como é o caso específico dos distritos que compõem a região de Extrema de Rondônia, cuja demanda territorial entre os Estados de Rondônia e Acre perdurou até 1996 e a Emenda Constitucional – EC-15 jamais poderia ter tirado os direitos garantidos e assegurados pela Constituição de 1988.

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, preservadas a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual obedecida os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas."

  
MIGUEL  
SENNA